



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de ultrabooks com garantia do fabricante de 36 (trinta e seis) meses.

1.1. Descrição da Solução de TIC

A tabela abaixo apresenta as especificações detalhadas da aquisição:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR MÁXIMO UNIT. (R\$)	COTA
1	Ultrabook alto desempenho	456702	Un.	40	R\$8.283,74	<u>NÃO</u> Ampla concorrência

1.2. Classificação dos bens/serviços

1.2.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos atendem a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando. Assim, os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

1.3. Reserva de cotas

1.3.1. Apesar de estarem separados em itens, é imprescindível que todos os bens sejam idênticos, do mesmo modelo e do mesmo fornecedor. Essa necessidade advém das políticas de gerenciamento adotadas pela equipe técnica da Abin, que estabelecem procedimentos e scripts de configuração que, quando executados, devem produzir os mesmos resultados em todos os equipamentos.

1.3.2. A utilização de procedimentos e scripts para auxílio no gerenciamento dos recursos é imprescindível, dada a reduzida equipe técnica responsável pela sua manutenção. Além disso, descoberta a causa de qualquer problema encontrado em um dos equipamentos, a solução pode ser replicada para os demais equipamentos que se encontrem na mesma situação, reduzindo o tempo de resolução de problemas que afetam o negócio da Instituição. O mesmo se aplica na atualização de firmwares, atualizações e patches de segurança.

1.3.3. A fixação de cota reservada a ME/EPP poderia comprometer a gerência desses equipamentos após sua distribuição aos usuários. Atualmente a ABIN adota procedimentos padronizados para controle e gerenciamento de determinados equipamentos, o que permite, inclusive, uma logística eficiente de distribuição em todo o território nacional. Tais procedimentos só são possíveis devido a existência de um parque uniforme de equipamentos, a partir do qual pode-se usar, por exemplo, uma imagem unificada de Sistema Operacional e ações idênticas de intervenção em qualquer dispositivo, independentemente da localidade onde esteja instalado.

1.3.4. Assim, dada a necessidade de padronização dos equipamentos para gerência de um parque computacional uniforme, optou-se por não fixar cotas reservadas para ME/EPP nos termos da LC 123/2006, nos termos do Art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.4. Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática

1.4.1. Considerando que o objeto da licitação se amolda ao conceito de bem de tecnologia da informação e comunicação estabelecido art. 16-A, inciso II, da Lei nº 8.248, de 1991 ["II - máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação, seus respectivos insumos eletrônicos, partes, peças e suporte físico para operação;"], será assegurado, na presente licitação, o direito de preferência previsto no art. 3º do referido diploma legal, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da relação entre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e os Objetivos Estratégicos

2.1.1. A relação entre a aquisição e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e o seu respectivo alinhamento com os Objetivos Estratégicos da ABIN foram elencados no Documento de Oficialização da Demanda.

2.2. Da relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto

2.2.1. As Justificativas para o quantitativo de bens a serem adquiridos foram incluídas no Estudo Técnico Preliminar..

2.3. Do parcelamento ou não da contratação

2.3.1. A contratação não será parcelada por envolver apenas um item

2.4. Da indicação da marca/modelo da solução

2.4.1. Não se aplica, pois não haverá indicação de marca para aquisição dos produtos.

2.5. Da permissão de formação de consórcio

2.5.1. A permissão de participação de empresas consorciadas visa permitir a inclusão de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica exigidos pelo instrumento convocatório, com o objetivo de ampliar a competitividade. No entanto, para esta contratação, não há motivos que justifiquem a participação de empresas consorciadas, pois se trata de fornecimento de uma solução comumente fornecida no mercado por diferentes fabricantes, sem qualquer complexidade que justifique cooperação de duas ou mais empresas para sua entrega, ou seja, os produtos a serem fornecidos, não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas. Além disso, todos os produtos devem ser do mesmo fabricante, para garantir a compatibilidade e a integração da solução, e ainda, a manutenção e logística de distribuição em todo o território nacional, uma vez que com um parque padronizado de equipamentos pode-se usar imagem unificada e a manutenção, mesmo remota, seria facilitada diminuindo consideravelmente o tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

2.6. Da subcontratação da solução

2.6.1. Por se tratar de fornecimento de bens, não será admitida a subcontratação do objeto.

2.7. Do prazo da vigência do contrato e outros prazos

2.7.1. O prazo da vigência dos contratos para os bens a serem adquiridos será de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, prazo necessário para se efetuar os procedimentos de recebimento, após a entrega dos equipamentos.

2.7.2. O prazo de garantia, no entanto, será de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo, para todos os equipamentos.

2.7.3. Os produtos cobertos pela garantia viabilizam diretamente o cumprimento das atividades meio e finalísticas da Instituição, motivo pelo qual devem funcionar ininterruptamente e quando apresentarem defeitos ou falhas de funcionamento, devem ser consertados ou substituídos rapidamente, de forma a causar o menor impacto possível nas operações da Agência. Portanto, a garantia visa mitigar o risco de indisponibilidade dos microcomputadores, ferramentas indispensáveis para o cumprimento das atribuições legais da ABIN.

2.7.4. Os ultrabooks que se pretende adquirir possuem configuração superior aos do modelo atualmente utilizados na ABIN. Também está sendo prevista a entrega dos equipamentos com o processador da linha mais atual comercializada pelo fabricante. Ou seja, o equipamento previsto está posicionado com o que há de mais recente no mercado, na Fase 2 - Seleção, conforme previsto no anexo de Orientações para Elaboração/Ajuste de Especificações Técnicas de Ativos de TI, vinculado à Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016.

2.7.5. Com isso, considerando as Orientações para Elaboração/Ajuste de Especificações Técnicas de Ativos de TI, que indicam a aquisição de ultrabooks com um tempo de vida útil de 3 (três) anos, para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento, a ABIN está considerando o mesmo período de garantia para os produtos a serem adquiridos. Esse prazo leva em consideração que esses equipamentos serão capazes de executar, durante a sua vigência, as aplicações rotineiras para as quais estão sendo adquiridos, considerando as especificações estabelecidas.

2.8. Do Registro de Preços (RP) e formação de cadastro reserva

2.8.1. Não se aplica. Não serão registrados os preços para essa contratação.

2.9. Da qualificação técnica – parcela relevante

2.9.1. Com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que a LICITANTE possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação.

2.9.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica relacionada ao objeto licitado se dá com fulcro no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e visa garantir que a LICITANTE já forneceu o bem e, portanto, possui capacidade técnico-operacional para fornecê-lo adequadamente.

2.10. Da vistoria técnica

2.10.1. Considerando que todas as informações necessárias à composição das propostas para fornecimento dos bens foram detalhadas neste documento, não há necessidade de as LICITANTES realizarem vistoria técnica no ambiente da CONTRATANTE.

2.11. Da exigência de amostras ou prova de conceito

2.11.1. Não serão exigidas amostras ou prova de conceito, porém, os bens ofertados pela licitante classificada em 1º lugar passarão por inspeção e testes de avaliação para verificar seu pleno funcionamento durante as etapas de recebimento;

2.11.2. Para aferir a aderência dos bens ofertados às especificações estabelecidas no Termo de Referência, serão analisadas a proposta e a documentação técnica apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar.

2.11.3. Caso o bem fornecido esteja em desacordo com as especificações ele será rejeitado e a LICITANTE desclassificada.

2.12. Da consulta ou audiência pública

2.12.1. Não houve consulta ou audiência pública, pois não se trata de contratação de maior materialidade ou complexidade. No entanto, fabricantes e fornecedores foram consultados previamente sobre as especificações e condições do projeto, para que pudessem se manifestar a respeito das condições estabelecidas, desde que fosse mantido o atendimento das necessidades da ABIN.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC.

3.1.1. Os equipamentos ultrabooks a serem adquiridos devem:

3.1.1.1. Ser portáteis e de pequena dimensão, respeitando os requisitos tecnológicos definidos neste Termo de Referência.

3.1.1.2. Os equipamentos devem possuir recursos que permitam a coleta e a transmissão de dados.

3.2. Requisitos de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;

3.2.1. Não se aplica, pois, os bens a serem adquiridos são semelhantes aos já utilizados na ABIN, decorrentes de outras contratações, ou seja, os usuários já estão familiarizados com a utilização desses equipamentos.

3.3. Requisitos de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos e perfis dos instrutores

3.3.1. Não se aplica, pois não há necessidade de treinamento dos usuários da solução.

3.4. Requisitos legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade

3.4.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de

19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

3.4.2. Cumprir, no que couber, as exigências:

3.4.2.1. Do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

3.4.2.2. Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

3.4.2.3. Da Portaria nº 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

3.4.2.4. Do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

3.4.3. O fabricante dos equipamentos ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA, referente à qualidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15/03/2013.

3.4.3.1. Para os itens especificados neste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

I - Ultrabooks (FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; - a fabricação de laptops, hand-helds (computadores de mão));

3.4.3.2. Só será admitida a oferta de itens especificados neste Termo de Referência que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria/INMETRO nº 170, de 2012;

3.4.3.3. Só será admitida a oferta de itens especificados neste Termo de Referência que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

3.5. Requisitos de manutenção que independem de configuração tecnológica, e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa

3.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens (equipamentos e as baterias), complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

3.5.2. A garantia será prestada, na modalidade *on site*, com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.5.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.5.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento.

3.5.6.1. Quando o licitante não for o próprio fabricante, deverá fornecer uma “extensão de garantia”, “prazo de garantia estendido” ou “modalidade de prestação de serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução”, e deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos.

3.5.7. Deverão ser fornecidos os Certificados de Garantia nominal do fabricante válidos em todo o território nacional.

3.5.8. Durante o prazo de garantia, a empresa CONTRATADA ou FABRICANTE terão a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer equipamento, peça ou *software* que apresente defeito, que não decorra do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

3.5.8.1. Nos casos de necessidade de substituição de unidades de armazenamento (disco rígido ou SSD) o disco defeituoso deverá ficar retido pela ABIN, ficando sob sua guarda.

3.5.9. A garantia não será afetada caso a CONTRATANTE venha a instalar placas de expansão, tais como placa de rede, ou adicionar unidades de disco rígido ou SSD, bem como se alterar a capacidade de memória RAM do equipamento. Entretanto, a garantia desses opcionais será de total responsabilidade da CONTRATANTE.

3.5.10. Na reposição de qualquer equipamento homologado, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica do modelo fornecido, a CONTRATADA ou FABRICANTE deverão substituí-lo por um que atenda as especificações exigidas no edital ou superior.

3.5.11. Caso seja necessária a troca de quaisquer peças dos equipamentos, as peças substituídas deverão ser novas e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE.

3.5.12. O licitante deverá prestar manutenções corretivas que serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para substituição de peças quando necessário ou para atualização da versão dos *softwares*.

3.5.12.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo equipamento ou *software*.

3.5.12.2. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento da identificação do chamado.

3.5.12.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

3.5.12.4. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.5.13. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima inclui mão de obra, transporte, peças e, em caso de necessidade de manutenção

fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam à mesma garantia, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

3.6. **Requisitos temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada**

3.6.1. O prazo de vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

3.6.1.1. O término da vigência do Contrato não exige a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação à garantia oferecida.

3.6.2. O Prazo de entrega dos produtos será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

3.6.3. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos.

3.7. **Requisitos de segurança institucional**

3.7.1. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ABIN, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

3.8. **Requisitos de segurança da informação**

3.8.1. As unidades de armazenamento, tais como SSDs e HDDs, deverão ser cedidas à CONTRATANTE na modalidade “*Disk Retention*”, ou seja, não serão devolvidas à CONTRATADA, nos casos de substituição dessas peças ou de substituição do próprio equipamento, permanecendo em posse da Abin.

3.8.1.1. Em caso de necessidade de substituição de qualquer equipamento, as unidades de armazenamento, deverão ser removidas nas dependências da ABIN e entregues à CONTRATANTE.

3.8.1.2. Caso haja necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, a CONTRATADA deverá remover as unidades de armazenamento nas dependências da ABIN, ficando a CONTRATANTE responsável pela sua guarda enquanto perdurar o conserto.

3.8.1.3. Em caso de dano nas unidades de armazenamento, os componentes substituídos deverão ser removidos e entregues à CONTRATANTE.

3.8.2. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência.

3.8.3. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.

3.9. **Requisitos sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente**

3.9.1. Os ultrabooks deverão ser fornecidos com correspondência de 95% ao layout do teclado para o idioma Português do Brasil (ABNT2). O sistema operacional também deve estar em Português do Brasil.

3.9.2. O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês.

3.10. **Requisitos de projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação**

3.10.1. Os equipamentos objeto da presente aquisição devem ser de modelo corporativo, definidos como aqueles pertencentes à atual linha de produção dos fabricantes e destinados ao mercado corporativo, privilegiando, essencialmente, a facilidade de manutenção, o uso em rede, a qualidade de construção e o gerenciamento remoto.

3.11. **Requisitos de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção**

3.11.1. Não se aplica. A implantação dos ultrabooks será conduzida pela equipe da CONTRATANTE e consiste na instalação da imagem do sistema operacional especificamente criada para o ambiente da rede corporativa da ABIN, com as devidas medidas de segurança.

3.12. **Requisitos de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência**

3.12.1. Não se aplica, pois não haverá implantação de nenhum produto por parte da CONTRATADA. A equipe da CONTRATANTE estará encarregada dos procedimentos necessários para a disponibilização da solução no ambiente da ABIN.

3.13. **Requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de Tecnologia da Informação, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação**

3.13.1. Não se aplica, pois não haverá implantação de nenhum produto por parte da CONTRATADA. A equipe da CONTRATANTE estará encarregada dos procedimentos necessários para a disponibilização da solução no ambiente da ABIN.

3.14. **Requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas**

3.14.1. A CONTRATADA ou o FABRICANTE deverá informar o sítio Web do fabricante para suporte aos produtos ofertados, onde poderão ser obtidos os drivers do chipset, controladoras de vídeo e de rede, e dos demais periféricos, a partir de identificação por número de série ou outro identificador único do modelo do equipamento.

3.14.2. A CONTRATADA ou o FABRICANTE deverão disponibilizar central de atendimento para abertura de chamado de assistência técnica, 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, das quais deverá constar um número de registro diferenciado para acompanhamento de cada chamado.

3.14.3. Os chamados poderão ser abertos através dos seguintes canais:

3.14.3.1. Telefone 0800 ou chamada com custo de ligação local em Brasília/DF.

3.14.3.2. *E-mail*.

3.14.3.3. Página *web* (ou *chat*) mantida pela CONTRATADA ou pelo FABRICANTE do equipamento.

3.14.4. A assistência técnica dos produtos em garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento estiver instalado (na modalidade *on-site*).

3.14.5. O prazo para resolução dos chamados será de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento da identificação do chamado.

- 3.14.6. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas.
- 3.14.7. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA ou o FABRICANTE deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas.
- 3.15. **Requisitos de metodologia de trabalho**
- 3.15.1. Por se tratar de aquisição de bens comuns, os equipamentos serão fornecidos em quantidades e unidades de acordo com o quantitativo estabelecido no contrato ou na ordem de fornecimento de bens e nota de empenho.
- 3.15.2. Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, na Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas.
- 3.15.3. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos equipamentos ou *softwares* e gestão dos recursos humanos e materiais necessários para a prestação da garantia.
- 3.16. **Requisitos de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces**
- 3.16.1. Todos os requisitos abaixo elencados aplicam-se ao item 1 da tabela "Descrição da Solução de TIC (Item 1.1 deste Termo de Referência).
- 3.16.2. **Desempenho**
- 3.16.2.1. Deverá atingir índice de, no mínimo, 1150 (mil cento e cinquenta) pontos para o desempenho e 5 (cinco) horas para a autonomia de bateria, medido pelo software Bapco MobileMark 2018 no cenário Office Productivity.
- 3.16.3. **Processador**
- 3.16.3.1. Arquitetura x86 com suporte a 32bits e 64bits.
- 3.16.3.2. Memória cache de no mínimo de 06 (seis) MB.
- 3.16.3.3. Deverá conter 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior.
- 3.16.3.4. 64 bits, compatível com x86, com extensões de virtualização.
- 3.16.3.5. Quantidade mínima de 8 Threads.
- 3.16.3.6. Suporte ao gerenciamento remoto com base nas especificações DASH (*Desktop and Mobile Architecture for system Hardware*) 1.2 ou superior ou gerenciamento IAMT (vPRO);
- 3.16.3.7. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de janeiro de 2018, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados.
- 3.16.4. **Placa Principal**
- 3.16.4.1. Capacidade de expansão de no mínimo 32 (trinta e dois) Gigabytes de memória RAM.
- 3.16.4.2. Suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface).
- 3.16.4.3. Atualização da BIOS, por meio de interface gráfica através de utilitário próprio do fabricante, independente da condição.
- 3.16.4.4. Deverá possuir as seguintes interfaces:
- a) 03 (três) portas USB 3.1 ou superior; sendo no mínimo uma porta USB 3.1 Tipo-C compatível com *dockstation* e capacidade de carregamento da bateria interna do notebook;
 - b) 01 (uma) porta HDMI ou Displayport. Caso seja ofertada a porta DisplayPort deverá acompanhar conversor para HDMI;
 - c) 01 (uma) interface de som padrão *High Definition Audio* com conectores para microfone e fone de ouvido, sendo aceita solução combinada. Deverá possuir som estéreo com alto falante integrado e controle de som (aumentar, diminuir e mudo) integrado no gabinete sendo aceita solução através de combinação de teclas (FN);
 - d) 02 (dois) Microfones integrados;
 - e) Antena wi-fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada;
 - f) Chip de segurança - TPM (*Trusted Platform Module*) versão 2.0 integrado à placa mãe e acompanhado de *software* para sua implementação e gerenciamento.
- 3.16.4.5. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O.
- 3.16.5. **Sistema Básico de Entrada e Saída – BIOS**
- 3.16.5.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria Promoters.
- 3.16.5.2. Identificável pela aplicação de inventário SCCM (*System Center Configuration Manager*) do Windows.
- 3.16.5.3. Possibilidade de habilitar/desabilitar portas USB individualmente.
- 3.16.5.4. Possuir senhas de acesso ao Setup para Power On, Administrador e Disco rígido.
- 3.16.5.5. Deverá possuir campo com número de série do equipamento.
- 3.16.5.6. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro do número do patrimônio do equipamento de pelo menos 10 (dez) caracteres em memória não volátil.
- 3.16.5.7. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processador, Memória e HDD, com execução independente do sistema operacional.
- 3.16.5.8. O equipamento ofertado deve possuir dispositivo integrado ou funcionalidade na BIOS com características de segurança avançada de rastreamento pela Internet que, em caso de furto ou extravio, permita a localização do mesmo.
- 3.16.5.9. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados definitivamente contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e

SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS.

3.16.5.10. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

3.16.5.11. Deve permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

3.16.5.12. Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão *plug-and-play*, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

3.16.5.13. Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.

3.16.5.14. Suportar *Boot* por dispositivos USB e por rede.

3.16.5.15. Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio).

3.16.5.16. Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de *drivers* e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via *download* no sítio do fabricante do equipamento.

3.16.5.17. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurá-la automaticamente, caso seja interrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

3.16.6. Sistema operacional

3.16.6.1. Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 10, versão Professional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré-instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento fornecido.

3.16.7. Memória

3.16.7.1. Memória RAM DDR4₂ com 16 (dezesesseis) Gigabytes, instalados em, no máximo, dois módulos, com dual-channel habilitado.

3.16.7.2. Memória RAM deve ser com Barramento DDR4 de 2400 MHz, 2666 MHz ou superior.

3.16.7.3. Caso a memória ofertada seja soldada à placa mãe, a CONTRATADA deverá dar garantia estendida de até 60 (sessenta) meses, em casos de defeitos comprovados na memória.

3.16.8. Controladora de disco rígido

3.16.8.1. Serial ATA 3 (SATA-3) ou superior, integrada à placa mãe, com capacidade para controlar, no mínimo, 01 (um) dispositivo de armazenamento.

3.16.9. Unidades de Armazenamento

3.16.9.1. Unidade de armazenamento SATA-3 ou PCIe instalada, interna, de no mínimo 256 (duzentos e cinquenta e seis) GB do tipo SSD.

3.16.9.2. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (*Solid State Drive*) interna, com tecnologia MLC ou TLC.

3.16.9.3. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita.

3.16.10. Webcam

3.16.10.1. Com resolução 720P ou superior, integrada.

3.16.10.2. Deve ser fornecido filtro de privacidade por tecnologia embutida na tela, acionável através do teclado por conjunto de teclas ou solução de filtro de privacidade, totalmente compatível com a tela do notebook.

3.16.11. Tela

3.16.11.1. Tela de matriz ativa TFT ou LED, com área de 14 polegadas (1920x1080) ou superior.

3.16.11.2. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo.

3.16.12. Controladora de Vídeo

3.16.12.1. Compatível com o padrão SVGA, com suporte à resolução Full HD, modo de 16.7 milhões de cores e sinal de sincronismo vertical mínimo de 60 Hertz.

3.16.12.2. Permitir o compartilhamento dinâmico da memória RAM.

3.16.12.3. Deve possuir 01 (um) conector HDMI ou Displayport para conexão de monitores externos.

3.16.13. Interfaces de rede local e sem fio

3.16.13.1. Interface de rede compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex e *plug-and-play*, com conector RJ-45.

3.16.13.2. Interface Bluetooth 5.0.

3.16.13.3. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n e AX interna.

a) Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo PCMCIA ou Express Card.

3.16.13.4. Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões *Ethernet*, *Fast-Ethernet* e *Gigabit Ethernet* (10/100/1000), *autosense*, *full-duplex* e *plug-and-play*, configurável totalmente por *software* e com função *wake-on-lan*.

3.16.13.5. Controladora integrada de rede wireless b/g/n/AX (pelo menos).

3.16.13.6. Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade.

3.16.14. Interfaces de áudio

3.16.14.1. Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, *full duplex*, com conectores para *mic-in* e *line-out*, sendo aceito conector do tipo combo (headset).

3.16.14.2. Não será aceita solução USB para interfaces de áudio.

3.16.15. Interfaces de gráficos

3.16.15.1. Controladora de vídeo dedicada.

3.16.15.2. Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima de 2GB.

3.16.15.3. Suporte à resolução de 1920x1080 ou superior, com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão *plug-and-play*.

3.16.15.4. Driver de vídeo compatível com WDDM (*Windows Display Driver Model*).

3.16.15.5. Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.

3.16.16. Conexões

3.16.16.1. Mínimo de 3 (três) portas USB e pelo menos 1 (uma) sendo USB 3.1 Tipo C e duas portas USB 3.0 Tipo A ou superior.

3.16.16.2. HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port.

3.16.16.3. Conexão de áudio descrita no item 3.16.12.

3.16.16.4. Conexão de rede descrita no item 3.16.11.

3.16.17. Teclado / Mouse (integrados)

3.16.17.1. Teclado com 95% de correspondência ao padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç”, retroiluminado, alfanumérico com 12 teclas de função e resistente a derramamento de líquido.

3.16.17.2. Dispositivo apontador do tipo *touch pad*, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem.

3.16.17.3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

3.16.18. Alimentação Elétrica e Bateria

3.16.18.1. Adaptador AC - entrada de 110/220 VAC – 50/60 Hz, com comutação automática.

3.16.18.2. O cabo de alimentação deve oferecer plugue de acordo com o padrão utilizado no Brasil, especificado pela NBR 14136.

3.16.18.3. Bateria de lítio-ion com no mínimo autonomia de 6 horas ou Polímero com no mínimo 3 células (42Wh).

a) A recarga da bateria deve ocorrer em até 3 horas.

3.16.19. Kit de áudio e vídeo

3.16.19.1. Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 02 Microfones por notebook.

3.16.19.2. A controladora de som deverá ser onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída).

3.16.19.3. Os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal.

3.16.19.4. Os Microfones deverão estar integrados ao gabinete do notebook.

3.16.19.5. Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook.

3.16.19.6. A Webcam deverá possuir resolução mínima 0.92 Megapixel (720p).

3.16.20. Responsabilidade Ambiental

3.16.20.1. O modelo do equipamento ofertado deverá ser registrado no EPEAT 2018 (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) na categoria silver ou superior, no Brasil, comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação.

3.16.21. Software e Documentação Técnica

3.16.21.1. Licença de uso por unidade entregue com Windows 10 Professional de 64 bits em versão de idioma Português do Brasil e 64 bits em regime OEM.

3.16.21.2. Deverá ser fornecido Kit de recuperação da imagem do equipamento com a sua respectiva licença de uso.

3.16.21.3. Deverá ser fornecido meio de acesso aos *softwares* de instalação e de drivers para o sistema operacional entregue.

a) Os drivers fornecidos devem ser correspondentes a todas as interfaces instaladas no equipamento, de forma a permitir a perfeita configuração e funcionamento das mesmas;

b) Opcionalmente, poderão ser disponibilizados os *softwares* no sítio da internet do fabricante.

3.16.21.4. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração, podendo ser disponibilizados no sítio da internet do fabricante.

a) Serão aceitos manuais em inglês, desde que seja fornecido, no mínimo, um guia de primeiros passos em português.

3.16.22. Certificações e Compatibilidade

3.16.22.1. O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Windows Catalog. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento *Hardware Compatibility Test Report* e consulta ao site da Microsoft emitido especificamente para o modelo ofertado.

3.16.22.2. O equipamento deverá possuir certificação Linux para pelo menos umas das 25 maiores distribuições listadas pelo Linux.Org (<https://linux.org/pages/download/>). Não será aceita declaração do fabricante.

3.16.22.3. O equipamento deve possuir:

a) Certificado de conformidade contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos, (norma IEC60950/EN60950) comprovado através de certificado emitido por entidade competente.

b) Certificado quanto à imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado emitido por entidade competente.

c) Certificado quanto à emissão de radiação radiada e conduzida (norma CISPR22 / EN55022) comprovado através de certificado emitido por entidade competente.

3.16.22.4. Deve estar de acordo com as normas ISO 7779 e ISO 9296 quanto a emissão de ruídos.

3.16.22.5. Todos os dispositivos de *hardware*, além de seus drivers e outros *softwares* fornecidos com o equipamento deverão ser compatíveis com o sistema operacional Windows 10.

3.16.22.6. Todas as certificações e documentos exigidos na especificação devem acompanhar a proposta comercial.

3.16.22.7. Os *softwares* instalados nos equipamentos, incluindo o sistema operacional, bem como manuais e outros documentos relativos à contratação, devem ser entregues em idioma Português do Brasil (Pt_BR).

3.16.22.8. Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment).

3.16.22.9. Deverá possuir atestado de conformidade EPEAT na categoria silver ou superior;

3.16.22.10. Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

3.16.22.11. Deverá possuir certificado de compatibilidade com o sistema operacional Windows 10.

3.16.22.12. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.

3.16.23. **Segurança e Conservação**

3.16.23.1. Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo "kensington" ou "noble wedge".

3.16.23.2. Deve ser fornecido cabo de aço com trava de segurança padrão Kensington ou Noble Lock, bloqueio através da chave, com comprimento mínimo de 1,5m, compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes.

3.16.24. **Maleta para transporte**

3.16.24.1. Deve ser entregue acompanhado de capa, maleta ou mochila para transporte, do mesmo fabricante do equipamento, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação.

3.16.25. **Gabinete**

3.16.25.1. O equipamento deve possuir espessura máxima de 2,15 cm e peso máximo de 1,60Kg, permitida tolerância máxima de 10% para mais de diferença, na configuração ofertada.

3.16.25.2. O modelo de equipamento ofertado deve ser aderente às exigências MIL-STD-810G nas seguintes categorias: alta temperatura e impacto (choque mecânico).

3.16.26. **Gerenciamento Remoto**

3.16.26.1. Dispositivo de gerenciamento padrão Intel vPro, com possibilidade de ser habilitado no modo de provisionamento Host-Based e com os seguintes recursos:

3.16.26.2. O equipamento deve possuir tecnologia de gerenciamento remoto embarcada que permita acessar remotamente, assumindo-se o teclado, mouse e vídeo, independente do estado do sistema operacional. A tecnologia de gerenciamento deverá ser baseada em hardware e acessível pela rede cabeada e Wi-Fi, utilizando apenas um endereço de IP.

a) Suportar gerenciamento remoto com base nas especificações DASH 1.2 (Desktop and Mobile Architecture for System Hardware);

b) O Gerenciamento DASH 1.2 deverá funcionar através de certificado digital, chave pública e privada e protocolo Kerberos quando executado em modo Out of Band (OOB);

c) O gerenciamento OOB deverá funcionar em redes seguras 802.1x tanto em redes Ethernet cabeadas quando em redes Wi-Fi.

4. **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

4.1. **DA CONTRATANTE**

4.1.1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019.

4.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos Arts. 18 e 32 da IN SGD/ME Nº 1/2019.

4.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

4.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços (ARP), quando aplicável.

4.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.1.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

4.1.8. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta

da marca e modelo dos bens ofertados.

4.1.9. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

4.1.10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.11. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes;

4.1.12. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;

4.1.13. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.14. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega/execução, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

4.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta contratação;

4.1.16. Impedir que terceiros executem os procedimentos de suporte técnico dos softwares fornecidos;

4.1.17. Não revelar, copiar, duplicar, reproduzir, autorizar ou permitir a utilização por terceiros dos softwares licenciados para o seu uso;

4.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. DA CONTRATADA

4.2.1. Indicar formalmente um preposto que representará a CONTRATADA, sendo responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

4.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

4.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.5. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TIC.

4.2.6. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC durante a execução do contrato.

4.2.7. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração.

4.2.8. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, tipo, versão, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.2.10. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.2.12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

4.2.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.2.14. A CONTRATADA e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência.

4.2.15. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de eventuais imprevistos relacionados à execução do contrato.

4.2.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato.

4.2.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

4.2.18. Responsabilizar-se pelo imediato atendimento a eventual solicitação da ABIN, no sentido de fornecer prontamente quaisquer informações e documentos relativos às atividades da empresa.

4.2.19. Não caucionar ou utilizar o Termo de Contrato ou Nota de Empenho para qualquer operação financeira.

4.2.20. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos.

4.2.21. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

4.2.22. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

4.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.2.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da lei 8.666.

4.3. **Do órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**

4.3.1. Não se aplica, pois não haverá registro de preços.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.1. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega**

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues na Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

5.1.2. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;

5.1.3. A garantia deverá ser prestada pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados do Recebimento Definitivo do objeto.

5.1.4. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.

5.1.5. O prazo da vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, havendo interesse da contratante e mediante análise de viabilidade técnica e econômica.

5.2. **Documentação mínima exigida**

5.2.1. Licença por unidade entregue, na modalidade OEM, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de *hardware*, do sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits (ou superior).

5.2.1.1. O sistema operacional deve ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, acompanhado de mídias de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus drivers, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento.

5.2.1.2. A CONTRATADA deve fornecer mídias externas (DVDs) contendo os *drivers* e o sistema operacional ou endereço do site para baixar.

5.2.1.3. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

5.2.1.4. Serão aceitos manuais em inglês, desde que seja fornecido, no mínimo, um guia de primeiros passos em português.

5.3. **Papéis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual**

5.3.1. Preposto - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.3.2. Fiscal técnico do contrato - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.2.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;

5.3.2.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;

5.3.2.3. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;

5.3.2.4. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.3.3. Fiscal administrativo do contrato - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.3.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;

5.3.3.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;

5.3.3.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

5.3.4. Fiscal requisitante do contrato - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:

5.3.4.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;

5.3.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

5.3.5. Gestor do contrato - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:

5.3.5.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;

5.3.5.2. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;

5.3.5.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;

5.3.5.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

5.3.5.5. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do

contrato, por ordem histórica;

5.3.5.6. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.

5.4. **Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Ultrabook alto desempenho	40

5.5. **Mecanismos formais de comunicação**

5.5.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada.

5.5.2. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, ofício, carta, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas.

5.5.3. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

5.6. **Forma de pagamento**

5.6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.6.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.6.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.6.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.6.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6/100)}{365} \cdot I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.7. Da exigência de garantia de execução contratual

5.7.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento.

5.7.2. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidos no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato.

5.7.3. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.7.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.7.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

5.7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.7.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5.7.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.7.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

5.7.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

5.7.5. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

5.7.5.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

5.7.5.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

5.7.5.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.7.5.4. Seguro-garantia.

5.7.5.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.7.4, observada a legislação que rege a matéria.

5.7.5.6. Fiança bancária.

5.7.5.7. Neste caso, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.7.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.7.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.7.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.7.9. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93.

5.7.10. Será considerada extinta a garantia:

5.7.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.7.10.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

5.7.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.7.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

5.8. Forma de transferência de conhecimentos

5.8.1. Não haverá transferência de conhecimento, pois os produtos a serem adquiridos são equivalentes aos já existentes e em uso da ABIN.

5.9. Atividades de transição contratual e de encerramento do contrato

5.9.1. Não haverá transição contratual, uma vez que se trata de fornecimento de equipamentos. Além disso, as equipes técnicas da ABIN já possuem conhecimento de operação dos bens a serem adquiridos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Critérios de aceitação

6.1.1. Para o recebimento dos bens:

6.1.1.1. A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas neste Termo de Referência se dará mediante avaliação da documentação técnica integrante da proposta apresentada, conforme descrito no item 10 - Critérios de Seleção do Fornecedor.

6.1.1.2. Os equipamentos ofertados deverão constar no Microsoft *Windows Catalog*, recomendando-os para o sistema operacional Windows 10, 64 bits, Professional.

6.1.1.3. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento *Hardware Compatibility Test Report*, emitido especificamente para os modelos ofertados.

6.1.1.4. Todos os componentes do equipamento deverão ser compatíveis entre si e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas, ou quaisquer outros procedimentos alternativos, ou utilizar materiais inadequados ou que forcem adaptações que sejam físicas ou logicamente incompatíveis.

6.1.1.5. Os componentes internos deverão ser montados, homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, ou seja, não será aceita nenhuma alteração que comprometa o desempenho ou a durabilidade do equipamento.

6.1.1.6. O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém.

6.1.1.7. Todos os equipamentos devem vir com Etiqueta de Patrimônio afixada em sua parte inferior e em sua caixa. O padrão da etiqueta deve ser validado pela contratante.

6.1.1.8. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação.

6.1.1.9. A CONTRATADA deverá garantir que todos os componentes dos produtos sejam novos e de primeiro uso e que estejam em linha de produção durante a vigência do contrato. Sendo permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto.

6.1.2. Para a prestação da Garantia

6.1.2.1. Disponibilização de acesso à central de suporte, 8 (oito) horas por dia, 5 dias por semana (8x5), através de diferentes canais de comunicação.

6.1.2.2. Serão considerados canais de comunicação:

a) Web site;

b) Correio eletrônico (e-mail);

c) Atendimento telefônico disponibilizado através de um número 0800 (zero oitocentos) a um Centro de Atendimento por Voz, com atendimento, preferencialmente, na língua portuguesa, devendo esse Centro operar de forma ininterrupta, no mínimo, das 8:00h às 18:00h em dias úteis.

6.1.2.3. Durante a vigência da garantia em caso de defeito nos equipamentos fornecidos, a CONTRATADA deverá solucionar o defeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a identificação do chamado técnico.

6.1.2.4. O prazo para o recebimento e identificação do chamado, por parte da CONTRATADA, será de até 04 (quatro) horas a partir da abertura do chamado técnico no sistema da CONTRATADA.

a) Entende-se por início de atendimento a data e hora da identificação do chamado técnico no sistema da CONTRATADA;

b) Entende-se por término do chamado a disponibilidade e uso do equipamento em perfeitas condições de funcionamento, estando condicionado à aprovação do CONTRATANTE;

c) Caso sejam identificados recorrentes defeitos de um mesmo componente em percentual superior a 10% do total de equipamentos contratados, considerado qualquer período de levantamento dos chamados técnicos, a contratada fica obrigada a efetuar a substituição do respectivo componente em todos os equipamentos entregues, no prazo máximo de 90 (noventa dias), contados da data oficial de comunicação do fato.

6.1.2.5. O chamado deverá ser recebido e identificado, para acompanhamento dos prazos para a solução e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Data e horário de abertura do chamado;

b) Descrição do erro ou falha relatada ou detectada;

c) Correção aplicada;

d) Recomendações para evitar a repetição da falha, caso houver;

e) Identificação do responsável pelo chamado técnico;

6.1.2.6. Durante a prestação da garantia, serão avaliados o atendimento dos chamados, o conserto, a substituição de peças e a instalação de atualizações, aplicável ao produto entregue pela CONTRATADA.

a) A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do atendimento até o seu encerramento;

b) As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação.

6.1.2.7. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido.

6.1.2.8. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do atendimento.

a) Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.

6.1.2.9. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades.

6.2. Procedimentos de teste e inspeção

6.2.1. Não se aplica. Como nenhum produto será desenvolvido ou projetado ao longo do contrato, não serão necessários testes e inspeções ao longo da execução do contrato. O objeto da contratação será recebido após as inspeções realizadas e vinculadas ao Recebimento Definitivo, que atesta que a solução fornecida atende às especificações.

6.3. Metodologia, formas de avaliação da qualidade e da adequação da solução de TIC

6.3.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:

6.3.1.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto.

6.3.1.2. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência.

6.3.2. Após a reunião inicial, o Gestor do Contrato encaminhará formalmente as Ordens de Serviço (OS) ou Ordens de Fornecimento de Bens (OFB), quando aplicáveis, ao Preposto da contratada, conforme cronograma de implantação elaborado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE;

6.3.3. Após a conclusão da OS ou entrega dos bens, a contratada deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE a entrega dos produtos ou conclusão da execução dos serviços da OS.

6.3.4. A Contratada encaminhará a relação dos números de patrimônio que deverão ser gravados na BIOS dos equipamentos após a assinatura do contrato.

6.3.5. Após a entrega dos bens, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE a entrega dos produtos.

6.3.6. Todos os itens entregues pela CONTRATADA passarão por inspeção e avaliação quando recebidos pela CONTRATANTE.

6.3.7. A CONTRATADA deverá providenciar os meios para que o Gestor do contrato tenha acesso ao sistema WEB de registro e acompanhamento dos chamados;

6.3.8. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

6.3.9. O sistema WEB deverá listar os chamados concluídos e em andamento, com os tempos de abertura e conclusão e o respectivo status e permitir a geração de relatórios e estatísticas acerca dos chamados registrados.

6.3.10. A Metodologia de Avaliação da Qualidade será realizada pela CONTRATANTE, de acordo com a avaliação das seguintes condições que devem ser cumpridas pela CONTRATADA:

6.3.10.1. Cumprimento dos prazos e condições de entrega.

6.3.10.2. Entrega da documentação exigida.

6.3.10.3. Atendimento dos critérios de aceitação, tanto na entrega dos bens como na prestação da garantia.

6.3.10.4. Execução dos procedimentos corretos para que haja o recebimento dos bens e a atestação dos serviços prestados na garantia .

6.3.10.5. Cumprimento das demais condições que regem esta contratação.

6.4. Recebimento do objeto

6.4.1. Todas as despesas para a correta execução do objeto, tais como fretes, seguros, impostos, deslocamentos, transportes, cargas e descargas e outros, desde a origem até sua entrega no local serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não serão aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

6.4.3. Por ocasião da entrega da solução, os equipamentos serão submetidos a verificação quantitativa e inspeção visual das condições de fornecimento com vistas ao recebimento provisório para posterior análise de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e com a proposta da CONTRATADA;

6.4.4. A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade do material fornecido;

6.4.5. O objeto será recebido PROVISORIAMENTE, em até 5 (cinco) dias úteis, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes para efeito de verificação da conformidade, qualidade e desempenho de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e da proposta comercial.

6.4.5.1. O recebimento PROVISÓRIO será conduzido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente de, no mínimo, 3 (três) membros quando se tratar de materiais de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais);

6.4.5.2. Nos procedimentos de recebimento de bens serão verificados o cumprimento das seguintes obrigações:

a) Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso;

b) Os equipamentos devem ser entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais, lacrados, devendo apresentar identificações de marca, modelo e outras características contidas na proposta da CONTRATADA;

c) Os equipamentos devem ser entregues acompanhados de todos os acessórios previstos nas especificações técnicas (como cabo de energia, conectores, etc.) e descritos na documentação apresentada junto com a proposta da CONTRATADA, para imediata aplicação e utilização do dispositivo;

d) O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens;

6.4.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

6.4.5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.6. O objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias úteis após o Recebimento Provisório, no qual será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais;

6.4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.4.6.2. O Recebimento DEFINITIVO dos bens estará condicionado à verificação do cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Atendimento das especificações descritas neste Termo de Referência, no Edital e na proposta comercial da CONTRATADA, através da conferência dos itens de hardware e software;
- b) O Recebimento Definitivo está condicionado à ativação das licenças de software, quando integrarem a solução adquirida;
- c) Transferência da propriedade do equipamento para a Agência Brasileira de Inteligência, quando for o caso;
- d) O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens.

6.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

6.5. **Atestação dos serviços prestados na Garantia**

6.5.1. A prestação da garantia será atestada da seguinte forma:

6.5.1.1. Os chamados serão registrados pela equipe técnica da ABIN, por servidor formalmente designado e estarão sujeitos à conferência de sua conformidade de acordo com as especificações, a proposta e o Contrato.

6.5.1.2. O registro do horário da abertura do chamado será feito através do número do protocolo de atendimento que deverá ser informado pela CONTRATADA (para demandas abertas via telefone) ou através do envio de *e-mail* com a solicitação da CONTRATANTE (para demandas abertas via *e-mail* ou aplicação *Web*).

6.5.1.3. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na prestação do suporte, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a ABIN.

6.5.1.4. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades.

6.5.1.5. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatório dos chamados registrados, incluindo informações como chamados atendidos, número do chamado, responsável pelo atendimento, data/hora do registro e do atendimento do chamado e a descrição da solução adotada.

6.6. **Inspeções e diligências**

6.6.1. A CONTRATADA poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários.

6.6.2. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial do fabricante ou da Contratada que esclareça um fato, comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA.

6.7. **Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato**

6.7.1. Conforme previsto no §2º do Art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a equipe de planejamento da contratação poderá ser indicada para a fiscalização do contrato;

6.7.2. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.7.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.7.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7.5. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.8. **Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

6.8.1. Não se aplica. O pagamento será feito em parcela única após o Recebimento Definitivo do objeto. Como o pagamento não será parcelado, não há previsão de como reter-lo ou glosar faturas. É importante ressaltar que foram definidos critérios de aceitação e sanções administrativas, como multas, a fim de garantir a correta entrega dos bens, a atestação do Recebimento e a prestação da garantia.

6.9. **Regras para aplicação de multas e sanções administrativas**

6.9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 6.9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 6.9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.9.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 6.9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 6.9.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 6.9.1.6. Não manter a proposta.

6.9.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas ou descumprir parcial ou totalmente os compromissos assumidos, após regular apuração, mediante processo administrativo, garantido amplo direito de defesa, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às

seguintes sanções:

6.9.2.1. **Advertência**

6.9.2.2. Aplicadas nos casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

6.9.2.3. **Critérios para aplicação de sanções e multas**

ID	EVENTO	OCORRÊNCIA		
		1ª	2ª	3ª
1	Atraso injustificado na entrega dos bens	Advertência Se atraso for de até 10 (dez) dias corridos.	Multa compensatória de 5% sobre o valor total da contratação	Multa compensatória de 10% sobre o valor total da contratação
		Atraso acima de 10 (dez) dias corridos configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
2	Entrega em quantidade inferior àquela prevista no empenho	Advertência Se atraso for de até 10 (dez) dias corridos.	Multa compensatória de 5% sobre o valor total da contratação	Multa compensatória de 10% sobre o valor total da contratação
		Atraso acima de 10 (dez) dias corridos configura 2ª ocorrência	Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
3	Atraso na substituição de produtos rejeitados no recebimento provisório	Advertência Se atraso for de até 10 (dez) dias corridos.	Multa compensatória de 5% sobre o valor total da contratação	Multa compensatória de 10% sobre o valor total da contratação
		Atraso acima de 10 (dez) dias corridos configura 2ª ocorrência	Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
4	Atraso no atendimento dos prazos previstos para a garantia	Advertência Se atraso for de até 10 (dez) dias corridos.	Multa compensatória de 5% sobre o valor total da contratação	Multa compensatória de 10% sobre o valor total da contratação
		Atraso acima de 10 (dez) dias corridos configura 2ª ocorrência	Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
5	Deixar de entregar os bens. Caracterizada inexecução total do contrato	Multa compensatória de 20% sobre o valor total da contratação	---	---
		Rescisão do contrato	---	---

6.9.2.4. Em caso de inexecução parcial, em eventos não previstos acima, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.9.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar**

6.9.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

- 6.9.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- I - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 6.8.1 deste Termo de Referência.
- 6.9.2.8. **Declaração de inidoneidade**
- 6.9.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 6.9.3. As sanções previstas nos subitens 6.9.2.1, 6.9.2.6, 6.9.2.7 e 6.9.2.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados
- 6.9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 6.9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 6.9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- 6.9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 6.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 6.12.0.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 6.12.0.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 6.12.0.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13. **Alteração Subjetiva**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com o previsto no Art. 8º da IN Seges/ME nº 73/2020, segundo o qual as estimativas de preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, devem utilizar como parâmetro máximo o Preço Máximo de Compra de Item de TIC - PMC-TIC, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior ao PMC-TIC.
- 7.2. Em atenção ao exposto no inciso I do art. 5º da IN Seges/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, foi realizada consulta ao painel de preços, a qual foi possível encontrar 3 (três) resultados para cada item, cujas especificações coincidem com as dos objetos da presente licitação e respeitam o prazo de 01 (um) ano como validade para os preços provenientes de contratações públicas, em obediência ao inciso I do art. 7º da referida Instrução Normativa.
- 7.3. A pesquisa de preço resultou em valor inferior ao previsto no Catálogo de Soluções de TIC. Por essa razão o valor de referência da contratação será a média dos preços obtidos no Painel de Preços.
- 7.4. A tabela a seguir contém valores apurados em contratações equivalentes firmadas por outros órgãos da Administração Pública de equipamentos compatíveis com as Soluções de TI pretendidas.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	RESULTADO 01	RESULTADO 02	RESULTADO 03	VALOR MÉDIO UNIT. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
1	Ultrabook alto desempenho	40	R\$ 8.655,00	R\$ 8.200,00	R\$ 7.986,21	R\$ 8.283,74	R\$ 331.349,47

8. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. **Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento**

Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de R\$ 331.349,47 (trezentos e trinta e um mil trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Os recursos financeiros para esta contratação são provenientes do orçamento da ABIN para 2020, Fonte de Recursos - 0100 (ações de inteligência).

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

9.1. Os bens devem ser entregues em até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato. O pagamento será efetuado em parcela única e está condicionado ao Recebimento Definitivo do objeto.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Regime de execução do contrato ou forma de execução

10.1.1. A contratação será efetuada mediante aquisição integral.

10.2. Reequilíbrio econômico-financeiro

10.2.1. Não se aplica. O pagamento será efetuado à vista, em parcela única, após o Recebimento Definitivo.

10.3. Reajuste

10.3.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.3.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.3.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.4. Critério de seleção

10.4.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bens comuns;

10.4.2. Considerando que os bens pretendidos são classificados como comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e no parágrafo único do art. 25 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.

10.5. Critério de aceitabilidade de preços

10.5.1. Será observado o preço máximo estimado unitário.

10.6. Critérios de Julgamento das Propostas

10.6.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, na fase de habilitação, a LICITANTE deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o produto ofertado atende às exigências solicitadas nesta especificação, podendo para tanto embasar-se em documentação pública e oficial do fabricante do equipamento.

10.6.1.1. Caso a proposta não apresente as especificações exigidas neste Termo de Referência e no Edital, ela será rejeitada e a LICITANTE desclassificada para o respectivo item;

10.6.1.2. Para todos os itens de especificação, será aceita oferta de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente iguale ou supere, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado - conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados;

10.6.1.3. Serão aceitos catálogos, *datasheets*, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o modelo de equipamento proposto. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica.

10.6.1.4. Será obrigatória a demonstração de atendimento de todos os requisitos exigidos por meio da indicação do número da página da documentação fornecida para cada item/subitem das especificações técnicas.

a) A proposta comercial deverá indicar, por meio da documentação técnica, a página o item e o subitem, se houverem, a localização das especificações técnicas.

b) A escolha do material a ser utilizado para comprovação das especificações técnicas ficará a critério do proponente.

c) Havendo dúvidas na comprovação da especificação, a sessão pública do certame poderá ser suspensa e ser solicitado à LICITANTE, por meio de diligência, esclarecimentos sobre a especificação dos produtos cotados.

10.6.1.5. A licitante deverá ainda, apresentar declaração de que o produto atende a todas as especificações exigidas.

10.6.1.6. Deverá ser fornecida a relação de assistência técnica juntamente com a proposta comercial.

10.6.1.7. Na proposta apresentada, deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas com mão de obra, fretes, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, incluindo todos os componentes de custo dos serviços (equipamentos, insumos, softwares, licenças de uso, etc.) e o lucro, todas necessárias à perfeita execução do objeto da licitação.

10.6.2. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar ou enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade

válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

10.6.2.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo";

10.6.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, conforme exigido no Termo de Referência.

10.6.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática e/ou automação ofertados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

10.6.4.1. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

10.6.5. Juntamente com a proposta comercial, para fins de identificação do objeto, a LICITANTE classificada em primeiro lugar, deverá apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca, incluindo a informação da marca, o modelo do equipamento proposto e o procedimento de teste de *benchmark*, conforme descrição abaixo, para fins de avaliação:

I - A LICITANTE deverá realizar os procedimentos descritos abaixo e anexar o resultado gerado pelo software à proposta comercial. O índice medido pelo benchmark do software Bapco MobileMark 2018, devem ser de, no mínimo, 1150 (mil cento e cinquenta) pontos para o desempenho e 5 (cinco) horas para a autonomia de bateria, medido pelo software Bapco MobileMark 2018 no cenário Office Productivity.

II - Deverá ser utilizada a configuração padrão de fábrica BIOS e do Sistema Operacional sendo permitida apenas a alteração na parte de utilização de memória de vídeo exigida neste Termo de Referência e no Edital;

III - O *benchmark* ser realizado pela CONTRATADA nas condições descritas abaixo:

a) A memória RAM deverá ser aquela ofertada no equipamento;

b) Serão aceitos os drives fornecidos pela própria instalação do Microsoft Windows 10 Professional 64 bits, bem como os drivers pelos fabricantes periféricos;

c) Não será permitido o uso de qualquer matriz de instalação bem como modificações na instalação do Windows.

IV - Padrão de instalação e configuração para os testes de *benchmark*. A obtenção do resultado deverá, obrigatoriamente, seguir os passos abaixo relacionados:

a) Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS ocupando o máximo de espaço do disco rígido;

b) Instalar o sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits, no idioma Português - Brasil e com usuário administrativo sem senha (senha em branco);

c) Instalar todos os drivers nas versões atualizadas fornecidas e garantidas pelos fabricantes do equipamento (não permitindo drivers para jogos ou drivers com restrição legal para execução);

d) Verificar se todos os dispositivos estão corretamente reconhecidos e instalados no gerenciador de dispositivos;

e) Reiniciar o ultrabook;

f) Configurar resolução de tela para resolução de 1920x1080, profundidade de cor em 32bits e frequência de atualização de 60Hz;

g) Instalar o software Bapco MobileMark 2018 ;

h) Se for necessário licenciamento do software indicado na alínea anterior (g), essa licença, ainda que temporária, deve ser fornecida pela licitante juntamente com a amostra;

i) Aguardar pelo menos 2 (dois) minutos para a inicialização ser concluída;

j) Fechar outros programas, incluindo aqueles que podem estar em execução no fundo;

k) Aguardar pelo menos 15 minutos;

l) Executar o Bapco MobileMark 2018 de acordo como guia técnico encontrado no site do fornecedor;

m) O índice a ser considerado é o Bapco MobileMark 2018 no cenário Office Productivity. Este resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.

V - A obtenção do índice de benchmark medido pelo software Bapco MobileMark 2018 é de inteira responsabilidade da LICITANTE;

VI - O resultado gerado deverá ser impresso e anexado à proposta.

VII - O resultado deverá ser igual ou superior aos valores definidos neste Termo de Referência para o item em teste.

10.7. Critérios para análise das amostras

10.7.1. Não se aplica, pois não serão exigidas amostras ou prova de conceito.

10.8. Requisitos de qualificação técnica

10.8.1. Com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que o LICITANTE possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação.

10.8.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica relacionada ao objeto licitado se dá com fulcro no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e visa garantir que a LICITANTE já forneceu os bens com a referida garantia e, portanto, possui capacidade técnico-operacional para fornecê-lo adequadamente.

10.8.2.1. A empresa vencedora deverá apresentar, nos termos do Art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93, um ou mais Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a entrega de bens similares aos que se pretende adquirir em quantidade mínima de 50% do total a ser contratado.

10.8.2.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar a capacidade técnica da LICITANTE em fornecer os bens licitados.

- 10.8.2.3. A exigência de atestado de capacidade técnico-operacional está de acordo com a necessidade da contratação, pois os equipamentos a serem adquiridos deverão ser utilizados no apoio à atividade de Inteligência no âmbito da ABIN.
- 10.8.2.4. Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos.
- 10.8.2.5. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- 10.8.2.6. A Administração poderá realizar diligências nos termos do art. 43, §3, da Lei n. 8.666/93, e em consonância com as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União, momento em que será(ão) validada(s) as informações constantes dos atestados.
- 10.8.2.7. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, contendo a identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico, para contato e deve(m) indicar as características dos bens entregues pela LICITANTE.
- 10.8.2.8. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.
- 10.8.3. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

ASSINATURA

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 1/2019, encaminhamos o Termo de Referência ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Equipe de planejamento da contratação.

Documento assinado eletronicamente